

A CONCEPÇÃO DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE INCLUSÃO PARA UM AMBIENTE EDUCACIONAL DE QUALIDADE ¹

Roberto Kanaane ²

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
<http://orcid.org/0000-0002-4702-7740>

Andrea Ribeiro ³

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
<http://orcid.org/0000-0002-6785-4209>

O artigo apresenta a concepção do docente da educação profissional sobre o processo de inclusão, suas percepções e dissonâncias para a criação de um ambiente educacional de qualidade. O estudo tem o propósito de investigar a percepção do docente a caracterização do termo inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar. A abordagem utilizada foi a pesquisa exploratória concomitantemente com a bibliográfica, bem como a utilização de questionários como técnica. Obteve-se como resultado dissonâncias e discordâncias frente a compreensão sobre inclusão de pessoas com deficiência, o que sugere a falta de conhecimento do termo inclusão, embora os docentes ministrem aulas para pessoa com deficiência. Conclui-se então a precariedade de formação e de informação adequada dos docentes.

Palavras-chave: Educação profissional. Inclusão. Pessoa com deficiência.

ABSTRACT:

THE CONCEPTION OF THE PROFESSIONAL EDUCATION TEACHER ABOUT INCLUSION FOR A QUALITY EDUCATIONAL ENVIRONMENT

The article presents the conception of the professional education teacher about the inclusion process, their perceptions and dissonances for the creation of a quality educational environment. The study aims to investigate the perception of the teacher and the characterization of the term inclusion of people with disabilities in the school environment. The approach used was exploratory research concomitantly with the literature, as well as the use of questionnaires as a method. As a result, dissonances and disagreements were obtained in view of the understanding about inclusion of people with disabilities, which suggests the lack of knowledge of the term inclusion, although teachers teach classes for people with disabilities. Then, the precariousness of training and adequate information for teachers is concluded.

Keyword: Professional education. Inclusion. People with disabilities.

1 O questionário aplicado foi submetido ao comitê de ética do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e os participantes responderem ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

2 Doutor em Ciências (USP). Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Email: roka@roka.com.br

3 Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional (CEETEPS). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). E-mail: andrea.ramos2008@gmail.com

RESUMEN:

LA CONCEPCIÓN DEL PROFESOR DE EDUCACIÓN PROFESIONAL SOBRE LA INCLUSIÓN PARA UN ENTORNO EDUCATIVO DE CALIDAD

El artículo presenta la concepción del profesor de educación profesional sobre el proceso de inclusión, sus percepciones y disonancias para la creación de un entorno educativo de calidad. El estudio tiene como objetivo investigar la percepción del profesor y la caracterización del término inclusión de personas con discapacidad en el entorno escolar. El enfoque utilizado fue la investigación exploratoria concomitante con la literatura, así como el uso de cuestionarios como método. Como resultado, se obtuvieron disonancias y desacuerdos en vista de la comprensión de la inclusión de las personas con discapacidad, lo que sugiere la falta de conocimiento del término inclusión, aunque los maestros imparten clases para personas con discapacidad. Luego, se concluye la precariedad de la capacitación y la información adecuada para los docentes.

Palabra clave: Educación profesional. Inclusión. Personas con discapacidad.

Introdução

Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei nº 9394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e de acordo com o site Todos pela Educação (2020, on-line):

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Depreende-se que houve um avanço no atendimento a pessoa com deficiência que possui histórico de segregacionismo e assistencialismo, mas que constitui importante parcela da população mundial e brasileira conforme dados do Centro Regional de Informação das Nações Unidas divulgado na seção Alguns Factos e Números sobre as Pessoas com Deficiência, em 31 de agosto de 2019 (UNRIC, 2019, on-line):

cerca de 10% da população, ou seja, 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), este número está a aumentar, devido ao crescimento demográfico, aos avanços da medicina e ao processo de envelhecimento.

Nos países onde a esperança de vida é superior a 70 anos, cada indivíduo viverá com uma deficiência em média 8 anos, isto é 11,5% da sua existência.

Tem-se no Brasil, segundo o último censo demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, que 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, constituindo 23,9% da totalidade da população brasileira.

Mesmo com a alteração nos dados do número total de pessoas com deficiência de 23,9% para 6,7% pelo IBGE em 2018, ainda se constitui como índice relevante de pessoas a serem incluídas. Os dados foram alterados segundo as recomendações da ONU e da Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir da sugestão do Grupo de Washington (GW) para aprimorar as informações, conforme matéria assinada pelo Todos pela Educação publicada em 21 de junho de 2018 no jornal O Estado de São Paulo (2018, np):

considerando os mesmos dados coletados em 2010, o IBGE mudou a forma de interpretá-los, criando um novo indicador. Na margem de corte anterior, foram contadas as pessoas que responderam ter alguma dificuldade em pelo menos um dos quesitos. A proposta atual é que sejam agrupadas apenas as pessoas que têm “muita dificuldade” ou “não conseguem de modo algum”.

(..)é importante ressaltar que a metodologia dessa pesquisa privilegiou o modelo biomédico de conceituação de pessoa com deficiência e se afastou da perspectiva social adotada no questionário do Censo.

No entanto, o aspecto médico não é o único que rege o indivíduo, pois segundo Morin (2011, p.47) “o humano é um ser, a um só tempo, plenamente biológico e plenamente cultural, que traz em si a unidualidade originária”.

Deste modo tem-se de acordo com Morin (2011, p.47-48) que:

o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender), mas não há mente (mind), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura. A mente humana é uma criação que emerge e se afirma na relação cérebro-cultura.

Desta forma tem-se a educação como uma via de inclusão fomentando a cultura, e conforme Marta Gil (2005, p.16) a escola possui 4 objetivos: “transmitir conhecimentos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, preparar para o trabalho e promover o desenvolvimento pessoal”.

De acordo com Mantoan (2013, p.62) “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajudá-los a vencer os obstáculos escolares”.

Ademais, Morin (2011, p.49) ajuíza que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”.

Todavia de acordo com o secretário geral da ONU Antonio Guterres (ONU, 2018, on-line) “em muitas sociedades, pessoas com deficiências frequentemente acabam desconectadas, vivendo em isolamento e enfrentando discriminação”.

Deste modo, tem-se a relevância de se investir em educação para conectar esta parcela da população, e para contribuir com a inserção da pessoa com deficiência de forma ativa e participativa na sociedade foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 promulgada por Dilma Rousseff, assegurada e promovida em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) foi considerado um avanço para a inclusão, e em seu capítulo IV garante o direito à educação de acordo com o artigo 27 em que afirma que (BRASIL, 2015, on-line):

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

E em seu parágrafo único garante que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015, on-line).

Neste contexto de mudanças e ancoradas pelo Estatuto da Pessoa com deficiência tem-se a conceituação do ambiente escolar inclusivo como exercício da cidadania por Maria Teresa Eglér Mantoan (2015, p.16):

ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, por isso, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor.

A perspectiva de formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós.

Desta maneira, evidencia-se que a educação formando o indivíduo como cidadão pleno e consciente de seus deveres e direitos a partir de todas as suas potencialidades e respeitando suas diferenças constitui-se como a base de uma verdadeira sociedade democrática e plena.

Outra importante via de inclusão é o trabalho, destarte segundo Mendes, Nunes, Ferreira e Silveira (2004, p.106) que:

através do trabalho o indivíduo com deficiência pode demonstrar suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independentes e autônoma. Consequentemente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da autoestima e nível de ajustamento pessoal.

Verifica-se então a relevância da educação profissional, que une a educação e o trabalho, constituindo-se como um canal de inclusão social.

Contudo, de acordo com a história e segundo Barreto e Barreto (2014, p.13) desde o início dos tempos, na época das sociedades primitivas de subsistência a pessoa com deficiência estava a margem da participação, pois no período das cavernas o grupo abandonava o deficiente a própria sorte para não prejudicar os demais. Na antiguidade, em Esparta os deficientes eram exterminados, em Atenas segregados, em Roma explorados em shows de entretenimento e, também com prostituição. Na Idade Média eram encarcerados. Com a saída das trevas do obscurantismo para a luz da ciência, a partir do século XVI mudanças socioculturais faziam com que o deficiente passasse a ter locais de atendimento específicos, ainda uma cultura segregacionista.

Entretanto, com o contínuo desenvolvimento da ciência e das tecnologias: os valores, as crenças e o pensamento existentes na sociedade transformaram-se possibilitando o início, a compreensão e a participação da pessoa com deficiência.

De acordo com Mantoan e Santos (2010, p.9) “a defesa da inclusão, como uma nova perspectiva educacional nas escolas públicas e privadas, tem como objetivo o acolhimento de todos os alunos em suas especificidades”, e o professor possui papel fundamental na inclusão, são suas estratégias e metodologias que contribuem e auxiliam a desenvolver as potencialidades do deficiente ratificado por Rodrigues (2008, p.25) ao afirmar que:

a inclusão tem sido marcada pelo conceito de normalização que implica em oferecer à pessoa com deficiência condições de vida tão normais quanto seja

possível para todas as pessoas, isto é, a sociedade deve organizar-se para eliminar barreiras e oferecer condições para que todas as pessoas desenvolvam suas potencialidades.

Em função do exposto tem-se como problema de pesquisa: Qual é o conhecimento e a percepção dos docentes da educação profissional quanto a as diferenças entre incluir e integrar no atendimento à pessoa com deficiência?

O objetivo deste estudo é identificar o conhecimento e a percepção dos docentes quanto à diferença entre incluir e integrar no ambiente escolar para atendimento a pessoa com deficiência, na educação profissional.

Referencial Teórico

Com base na Declaração Mundial sobre Educação para todos (Conferência de Jomtien) aprovada em 1990, a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994, e na Declaração Internacional de Montreal de 2001, documentos e resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil possui uma das leis mais avançadas sobre a inclusão da pessoa com deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Tem-se segundo a lei a caracterização da pessoa com deficiência, em seu 2^o artigo (BRASIL, 2015, on-line):

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Quanto ao tipo as deficiências podem ser caracterizadas como: física, auditiva, visual, mental e múltipla, que se constitui com a associação de mais de uma deficiência.

Conforme dados da **Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência** (2010, p.6), divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e coletados pelo IBGE, do total de 23,9% da população brasileira que se declara como deficiente, 18,6% das ocorrências referem-se à deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% deficiência auditiva e 1,40% deficiência mental ou intelectual.

A partir desta conjuntura, verifica-se a necessidade da inclusão desta parcela significada de cidadãos, e a educação é a via para incluir todos de forma plena e consciente na sociedade, pois “a educação escolar passa a ter um papel fundamental na formação dos indivíduos para exercerem funções no sistema produtivo social” (OLIVEIRA, 2016, p.125).

Posteriormente, ressalta-se então a educação profissional tecnológica como modalidade de ensino relevante para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado, pois o trabalho é outra via de inserção, contribuindo para que a pessoa com deficiência tenha sua identidade social, ademais de acordo com Mendes (2004, p.106):

através do trabalho o indivíduo com deficiência pode demonstrar suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independente e autônoma. Consequentemente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da autoestima e nível de ajustamento pessoal.

Consequentemente, “a capacitação profissional e o aprendizado tecnológico são mecanismos estratégicos para a inserção do Brasil no cenário econômico internacional” (PETEROSSO, 2014, p.17).

Portanto, ao lado da educação, o trabalho exerce papel fundamental na vida da pessoa com deficiência e a tecnologia perpassa os dois ambientes. Na medida em que a Educação Tecnológica objetiva fornecer subsídios ao aluno para que desempenhe com eficiência e eficácia as atribuições profissionais que lhe são confiadas.

No campo profissional tem-se que “o principal fator competitivo da atualidade é a capacidade de um indivíduo, uma empresa, um país transformar conhecimento em inovação e, primordialmente, inovação tecnológica” (PETEROSSO, 2014, p.24-25) evidencia-se então a necessidade de uma formação de qualidade, pois “a capacitação profissional e o aprendizado tecnológico são mecanismos estratégicos para a inserção do Brasil no cenário econômico internacional” (PETEROSSO, 2014, p.17).

Por outro lado, Mantoan (2015, p.21-22) ressalta que:

um novo paradigma do conhecimento está emergindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações, estão rompendo as fronteiras das disciplinas e estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo em que vivemos.

Com este contexto, tem-se ainda “o apelo social pelo compromisso desses cursos com uma ação socialmente produtiva e potencial para atender demandas por formação em serviço para setores produtivos específicos” (PETEROSSO, 2014, p.29).

Com a lei de cotas as empresas buscam então pessoas com deficiência habilitadas ao mercado e com os conhecimentos necessários para contribuir com o crescimento da companhia; desta forma, tem-se a educação técnica profissionalizante como fonte de profissionais bem-preparados para o mercado de trabalho, já que de acordo com Peterossi (2005, p.104) “educar para e com as novas tecnologias de informação e comunicação significa capacitar pessoas com competências cada vez mais sofisticadas para bem avaliar e compreender todos os aspectos da vida em sociedade que afetam as pessoas”

Ainda conforme Peterossi (2005, p.105) “as novas tecnologias estão alterando a natureza do que é preciso aprender, de quem precisa aprender, de quem ensina e do como pode ser ensinado”, trazendo para a sala de aula o uso corrente e constante das tecnologias, e alterando o papel do professor. Peterossi afirma que (2005, p.105):

O papel do professor não mais como provedor e controlador direto das informações e da aprendizagem, mas como planejador e gestor das estratégias adequadas e mediador entre todos os recursos disponíveis, é de uma complexidade ainda não totalmente compreendida e assumida, tanto no plano individual quanto no das políticas de formação inicial e continuada de professores.

Conforme Calheiros, Mendes e Lourenço (2018, p.236) “entendemos que as práticas pedagógicas assumidas pelo professor durante o processo de escolarização podem influenciar no aprendizado dos seus estudantes e na construção de um ambiente escolar inclusivo”.

Ressalta-se então a importância da formação do professor no atendimento a pessoa com deficiência para o desenvolvimento de atividades que garantam a participação de todos, pois cabe ao docente “diversificar e qualificar o acesso ativo dos alunos às informações e proporcionar a eles múltiplas formas de organizarem, expressarem e apresentarem os conhecimentos construídos” de acordo com Bersch (2017, p.12).

Quanto a regulamentação para a formação docente utiliza-se como base a Resolução CNE/CP nº1, de 5 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021, on-line) que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica, capítulo XVII, art. 53 em que tem-se que a “formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação, em programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo CNE”.

E em seu 3º parágrafo (BRASIL, 2021, on-line):

A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos docentes do ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições e redes de ensino a orga-

nização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de docentes da educação profissional.

Método

A metodologia utilizada possui enfoque qualitativo conforme perspectiva abordada por Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p.36), fundamentando-se “na compreensão e interpretação dos fenômenos, por meio das percepções e dos significados produzidos pelas experiências dos participantes”, a técnica utilizada para a coleta de dados foi o questionário e a amostra é caracterizada como não probabilística por tipicidade, pois “é constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo” de acordo com Vergara (2016, p.47), tendo sido constituída por 143 respondentes, totalizando aproximadamente 1% do total de docentes contratados, correspondendo a 14.463.

O artigo possui caráter exploratório, pois, conforme definido por Vergara (2016, p.42), trata-se de uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, ressalta-se então a importância do estudo em função da necessidade de produzir conhecimento e disseminá-lo dado o restrito material existente a respeito do tema em nossa sociedade.

O objeto de estudo foi uma instituição de educação profissional do Estado de São Paulo, criada por decreto-lei em 6 de outubro de 1969, que compõe uma rede com 223 Escolas Técnicas Estaduais distribuídas por 165 municípios paulistas.

A instituição, segundo seu site (2021, on-line), possui como missão: “promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo”, como visão: “consolidar-se como referência nacional na formação e capacitação profissional, bem como na gestão educacional, estimulando a produtividade e competitividade da economia paulista”, e como valores: “valorização e desenvolvimento humano, postura ética e comprometimento, respeito a diversidade e a pluralidade, compromisso com a gestão democrática e transparente, cordialidade nas relações de trabalho, responsabilidade e sustentabilidade e criatividade e inovação”.

Ainda segundo dados da instituição (2021, on-line) seus objetivos estratégicos são: atender às demandas sociais e do mercado de trabalho; obter a satisfação dos públicos que se relacionam com a Instituição (*stakeholders*); alcançar e manter o grau de excelência em seus processos de ensino e aprendizagem; assegurar a perenidade do crescimento da instituição com recursos financeiros disponíveis; celeridade e efetividade na prestação de serviços; formar profissionais atualizados em tecnologias e processos produtivos, capazes de atuar no desenvolvimento tecno-

lógico e inovação; promover a cultura de inovação e empreendedorismo; aumentar a eficiência, produtividade e competitividade da instituição e ampliar a oferta da educação profissional.

Adotou-se como técnica para a coleta de dados, o questionário, tendo sido encaminhado por e-mail para os diretores das unidades de ensino da instituição que repassaram para seus docentes, aplicado em 2019.

Os e-mails das unidades foram obtidos via site da Instituição, no entanto não puderam ser encaminhados para as unidades localizadas nas cidades de Santa Cruz das Palmeiras, Guarulhos e Taboão da Serra, pois não há e-mail cadastrado para estas localidades no site da Instituição.

Segundo consulta ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão nas unidades de ensino de Santa Cruz das Palmeiras há 5 professores, em Taboão da Serra 10 professores e em Guarulhos 4 professores que não receberam o formulários com o questionário.

Abaixo segue a lista de cidades, distribuídas por regiões administrativas conforme critério da Instituição, que receberam os e-mails com o questionário e o termo de consentimento, em parênteses estão relacionadas as quantidades enviadas a cidades que possuem mais de uma unidade:

- **Região Administrativa de Araçatuba:** Andradina, Araçatuba, Birigui, Ilha Solteira, Penápolis;
- **Região Administrativa de Presidente Prudente:** Adamantina (2), Dracena, Oswaldo Cruz, Presidente Prudente (2), Presidente Venceslau, Rancharia, Teodoro Sampaio;
- **Região Administrativa de São José do Rio Preto:** Catanduva, Fernandópolis, Jales, Mirassol, Monte Aprazível, Novo Horizonte, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto, Votuporanga;
- **Região Administrativa de Barretos:** Barretos, Bebedouro, Olímpia;
- **Região Administrativa de Franca:** Batatais, Franca (2), Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Orlândia, São Joaquim da Barra;
- **Região Administrativa de Registro:** Iguape, Registro;
- **Região Administrativa de Ribeirão Preto:** Guariba, Monte Alto, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serrana;
- **Região Administrativa Central:** Araraquara, Ibaté, Ibitinga, Matão, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Taquaritinga;
- **Região Administrativa de Bauru:** Barra Bonita, Bauru, Cabrália Paulista, Cafelândia, Jaú (2), Lençóis Paulista, Lins;
- **Região Administrativa de Marília:** Assis, Cândido Mota, Garça (2), Ipaussu, Marília, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Quatá, Santa Cruz do Rio Preto, Tupã, Vera Cruz;
- **Região Administrativa de Itapeva:** Apiaí, Capão Bonito, Itapeva, Itararé, Piraju, Taquaritinga, Taquarivaí;

- **Região Administrativa de Sorocaba:** Avaré, Botucatu, Cerqueira César, Cerquillo, Itapetininga, Itu, Mairinque, Piedade, São Manuel, São Roque, Sorocaba (3), Tatuí, Tietê, Votorantim;
- **Região Administrativa de Campinas:** Aguaí, Americana, Amparo, Araras, Atibaia, Campinas (2), Campo Limpo Paulista, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Itapira, Itatiba, Jundiaí (2), Leme, Limeira, Mococa (2), Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Mor, Nova Odessa, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro, Rio das Pedras, Santa Bárbara D'Oeste, São José do Rio Pardo, São Pedro, Vargem Grande do Sul;
- **Região Administrativa de Santos:** Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos (2), São Vicente, São José dos Campos;
- **Região Administrativa de São José dos Campos:** Caçapava, Cachoeira Paulista, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté;
- **Região Administrativa Metropolitana de São Paulo:** Arujá, Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco (2), Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santa Isabel, Santana de Parnaíba (2), Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, São Paulo (44), Suzano.

A instituição no segundo semestre de 2018 possuía cerca de 208 mil alunos matriculados nos cursos técnicos e técnico integrado ao médio. São 101 cursos presenciais, 5 semipresenciais, 4 cursos técnicos online, 3 na modalidade aberta, 31 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 6 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA, bem como, a modalidade de Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional (17 cursos) e o Ensino Médio com Qualificação Profissional (3 opções de cursos), conforme dados disponibilizados pela instituição.

Para atender a pessoa com deficiência, em 2009 foi criada na instituição a Assessoria de Inclusão da Pessoa com Deficiência com a finalidade de preparar os gestores e professores sobre as legislações vigentes para atender a demanda de alunos com deficiência, além de treinamentos e capacitações sobre Tecnologias Assistivas e Metodologias Diversificadas.

A Assessoria trabalha em colaboração com as unidades escolares para o atendimento a pessoa com deficiência e segundo o Sistema Integrado de Informações ao Cidadão conta com o apoio da equipe gestora de cada unidade escolar, conforme abaixo.

Solicitação: Qual o tamanho da equipe destinada a atender o aluno com deficiência?

Resposta: Prezado Cidadão, Este Serviço de Informações ao Cidadão - enviou sua solicitação à Assessoria de Inclusão da PcD que apresentou a seguinte manifestação:

“A equipe destinada a atender o aluno com deficiência é composta pela equipe gestora de cada Unidade Escolar e a Assessoria de Inclusão do Centro Paula Souza.”

Seguem então as diretrizes e políticas da Instituição em trabalho integrado entre a Assessoria de Inclusão e as equipes gestoras das unidades para o atendimento ao aluno com deficiência, conforme o Sistema de Informações ao Cidadão:

Solicitação: Quais são as diretrizes e políticas das etecs para lidar com o aluno com deficiência?

Resposta: Prezado Cidadão, Este Serviço de Informações ao Cidadão enviou sua solicitação à Assessoria de Inclusão da PcD que apresentou a seguinte manifestação:

1 – Informa o Artigo 10, da Portaria da Instituição nº 1.651/2017, de 31/03/2017 – que: “O candidato com deficiência, que necessite de condições especiais para realizar o Exame, deverá indicá-la na Ficha de Inscrição eletrônica e, também, encaminhar o laudo médico, emitido por especialista, descrevendo o tipo e o grau da necessidade, através de link específico na Área do Candidato, impreterivelmente.

§ 1º - Todo o candidato que necessite de condições especiais para realizar o Exame, além de indicar na Ficha de Inscrição eletrônica, deverá encaminhar o laudo médico, *emitido por especialista, independentemente da necessidade, através de link próprio disponível na Ficha de Inscrição eletrônica.*

§ 2º - A ausência das informações necessárias no momento da inscrição, bem como do encaminhamento do laudo emitido por especialista, implicará na aceitação pelo candidato de realizar o Exame em condições idênticas às dos demais candidatos.

§ 3º - Os candidatos que se declararem com deficiência concorrem em igualdade de condições com os demais candidatos no tocante a *pontuação, classificação geral e convocação para a matrícula.*”

1 - No artigo 11 da referida Portaria também informa que “O Sistema de Pontuação Acrescida, instituído pelo Decreto Estadual nº 49.602, de 13/05/2005, e nos termos da Deliberação da Instituição nº 08, de 02/08/2007, implica no acréscimo de pontos à nota final obtida em exame seletivo, ao candidato que declare ser afrodescendente e/ou demonstre ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas.”.

Com base nos argumentos acima, a Instituição informa que não adota neste momento para ingresso: o sistema de pontuação acrescida, e/ou quantidade delimitada de vagas, e/ou prova com conteúdo especial para os estudantes com deficiência física, diferente dos demais candidatos. Para atendimento do requerido há necessidade de uma legislação estadual que regule essa matéria, o que não há neste momento.

Todavia, todos os candidatos inscritos, incluindo os que possuem deficiência física, quando atendidas as exigências previstas nos Decretos Estaduais 49.602 e 50.781 são beneficiados pela pontuação acrescida.

Todos os candidatos inscritos concordam com as regras do processo conforme será informado no formulário de inscrição, ou seja, a participação no Processo Classificatório Vestibulinho não é obrigatória caso o candidato não concorde com as regras de seleção. E todas as informações referente ao processo seletivo estão disponíveis no site da Instituição.

Segundo dados da instituição em 2018 foram matriculadas 583 pessoas com deficiência, em 2017 foram matriculadas 485, salientando o aumento de pessoas com deficiência matriculadas a partir da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015.

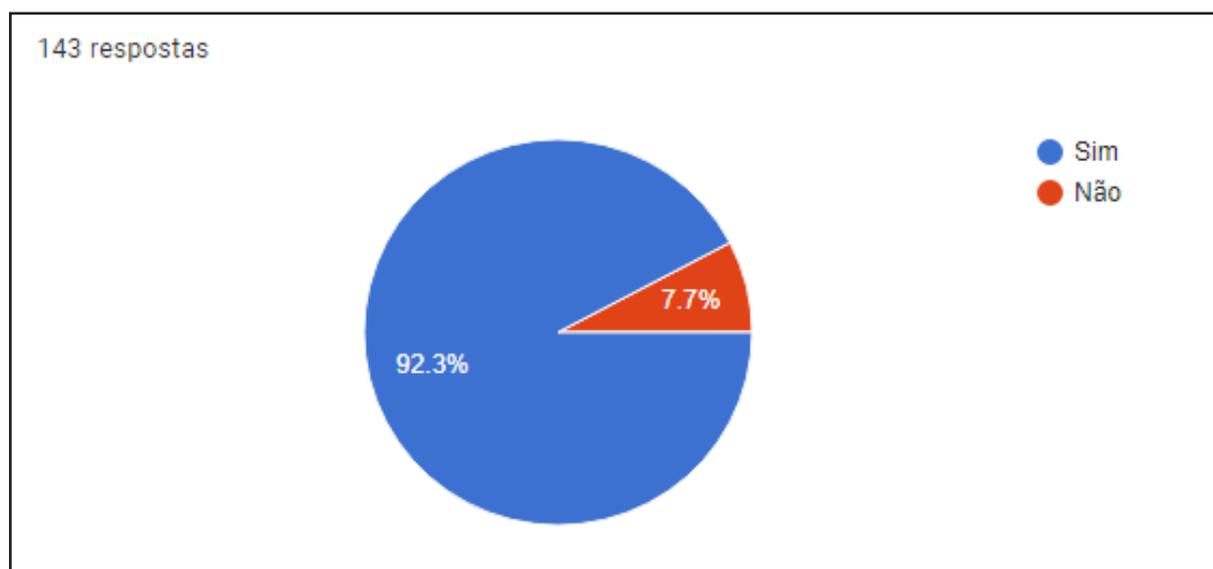
A fundamentação teórica baseou-se em consulta bibliográfica contemplando a análise da concepção dos docentes com o uso das tecnologias assistivas e a importância da educação profissional.

Resultados e discussão

Em referência ao questionário tem-se:

- Pergunta: Há diferença entre integração e inclusão escolar?

Figura 1.



Fonte: Dados de pesquisa (2020).

Trata-se de questionamento chave para a inclusão da pessoa com deficiência, pois sem o conhecimento da diferença entre os vocábulos tem-se a continuidade da perspectiva médica de adaptação do deficiente a unidade escolar. Esta concepção está antiquada e distante da “sociedade atual, marcada pela visão globalizadora” de Carvalho (2019, p.39) que afiança que “a educação em geral tem evoluído, evidenciando-se que o trabalho na diversidade é uma forma de enriquecimento geral”.

Dos 143 respondentes 132 docentes afirmaram haver diferença entre inclusão e integração, correspondendo a 92,3% do total 11 docentes não acreditam haver diferença correspondendo a 7,7% do total.

Segundo Mantoan (2015, p.4) “os dois vocábulos – “integração” e “inclusão” -, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e fundamentam-se em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes”, para especificar cada termo Mantoan (2015, p.4) afirma que:

O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais (se existentes), grupos de lazer ou residências para pessoas com deficiência.

Neste sentido a autora ainda constata que (2015, p.4-5-6):

Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai de inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

(...) Na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino comum, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares; currículos adaptados; avaliações especiais; redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências.

(...) Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é compatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de aluno, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades para aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Identificou-se entre os respondentes que há docentes que entendem os conceitos de integrar e incluir, a título de exemplo:

1. *Incluir envolve a totalidade. Integrar envolve apenas estar presente.*
2. *Acredito que a integração dá a ideia de uma inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, no qual o aluno que deve se adaptar às exigências da escola enquanto na inclusão, a escola que deve estar preparada para acolher de forma igualitária todos os alunos.*
3. *A palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá a ideia de inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem.*

Outros docentes, no entanto, mesmo respondendo que sabem a diferença de incluir e integrar apresentaram alguns erros conceituais como:

1. *Inclusão é apenas uma sigla para que os alunos que necessitam de apoio participem de uma escolaridade regular e integração é quando esse aluno se integra ao meio escolar.*
2. *A princípio “INCLUIR e INTEGRAR” são palavras sinônimas.*
3. *A inclusão fala da participação e a integração da formação e compreensão.*
4. *Inclusão é quando todos estão participando de todas as atividades que acontecem na escola, desde seu planejamento e sua efetivação. Integração é quando sou convidada a participar de uma atividade já elaborada.*
5. *Porque a integração já diz o nome integra o deficiente em seu ambiente dando um outro suporte de necessidades educativas. A inclusão tenta colocá-lo de modo mais abrangente, sem muitos cuidados.*
6. *Penso que a integração é parte complementar a inclusão. Não basta só ‘incluir’, mas é necessário integrar, de fato.*

Do mesmo modo, quando solicitado comentários aos respondentes sobre o vocábulo inclusão surgiram muitas dissonâncias na concepção dos docentes, como em:

1. *Fazer com que o aluno de fato participe de todas as atividades respeitando suas limitações.*
2. *Tratar o “ diferente” como igual a todos.*
3. *Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.*
4. *Ao meu ver, inclusão escolar é vc dar oportunidade ao discente especial de poder participar e usufruir dos mesmos saberes que os demais...sem distinção.*
5. *Atualmente é somente um conceito.*
6. *Inclusão pra mim é dar acesso a pessoas que possuem algum tipo de deficiência: social, aprendizagem, mental ou físico. Infelizmente, isto não quer dizer que elas terão um ambiente e profissionais capacitados para atendê-los no ambiente escolar.*
7. *Utilização de Leis e Normas.*
8. *Inclusão é quando o aluno tem alguma deficiência e não acompanha a turma e frequenta as aulas somente para socialização.*
9. *Política para dar acesso aos estudos e outras atividades para pessoas com algum tipo de deficiência.*

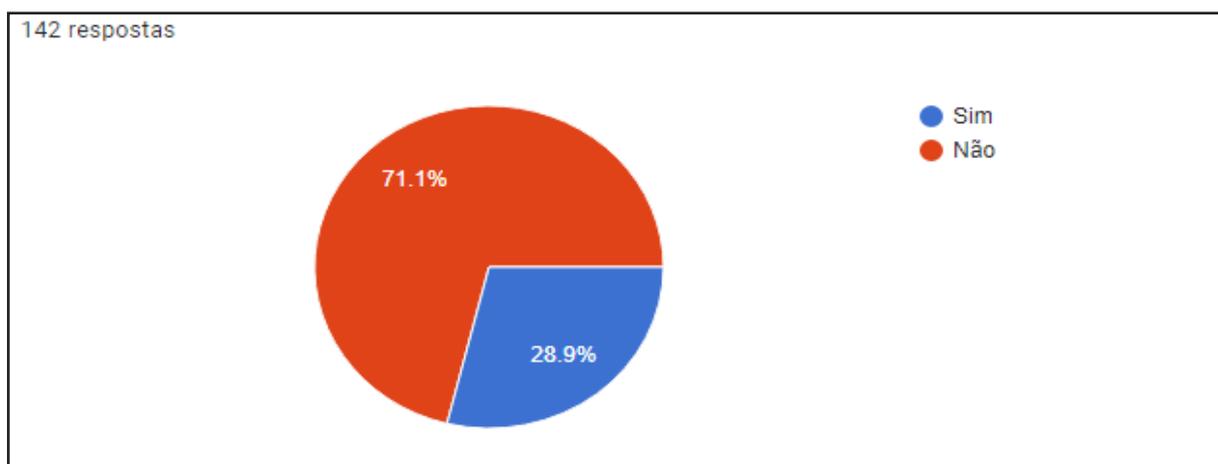
A partir destas falas dos sujeitos, pode-se inferir que sem o conhecimento do que é incluir, o docente apresentará uma visão parcial quanto a inclusão da pessoa com deficiência, no âmbito escolar e em toda a sociedade, ratificado por Fernandes (2013, p.78) ao ajuizar que “o desafio da inclusão repousa em criar contextos educacionais capazes de ensinar a todos os alunos” sem replicar os erros do passado de segregação e exclusão, corroborado por Fernandes (2013, p.80) ao afirmar que “a inclusão demanda um movimento de dupla via, na qual sociedade e sujeito com deficiência empreendem, esforços, concepções e ações conjuntas para assegurar a garantia da igualdade de oportunidade e condições sociais”.

Deste modo verifica-se uma profusão de conceitos dissonantes sobre inclusão que necessitam de um referencial teórico como sustentáculo para auxiliar e contribuir com o docente em sua prática diária.

Neste sentido cumpre evidenciar a necessidade de formação quanto a compreensão destas abordagens: inclusão e integração para os docentes; contudo de acordo com a pesquisa tem-se que para este questionamento 142 docentes do total de 143 participaram, sendo que 101 responderam negativamente, correspondendo a 71,1% e 41 docentes afirmaram ter participado de treinamento docente voltado a pessoa com deficiência, ou seja 28,9% do total de participantes.

- Pergunta: Você participa ou participou de treinamento docente voltado a pessoa com deficiência

Figura 2.

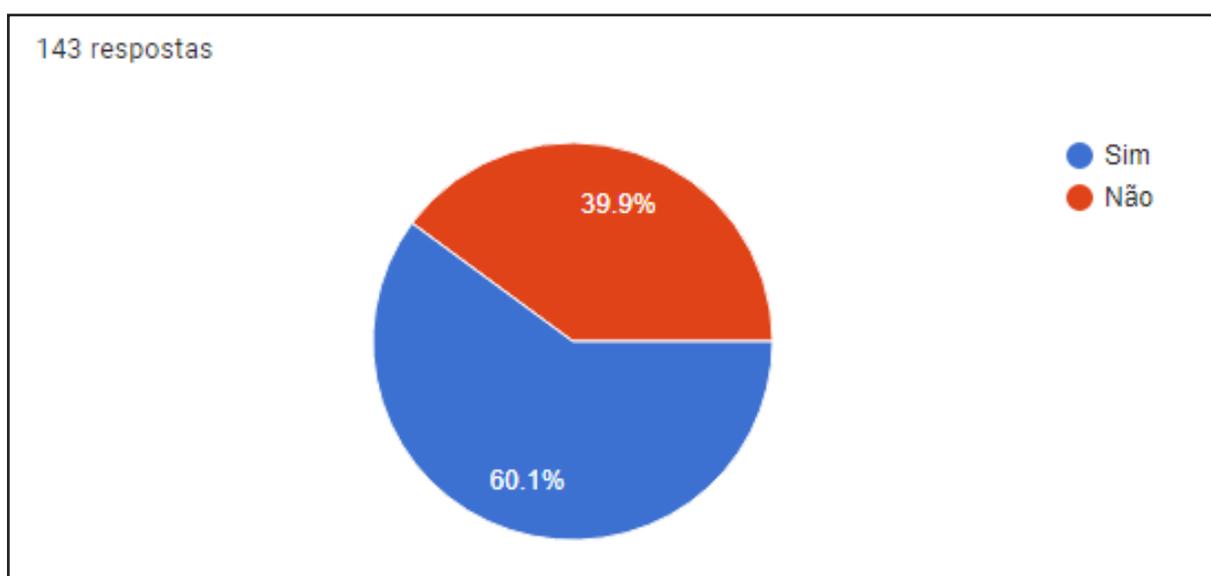


Fonte: Dados de pesquisa (2020).

Em seguida no questionário tem-se como pergunta:

- Pergunta: Você ministra ou ministra aulas para pessoa com deficiência?

Figura 3.



Fonte: Dados de pesquisa (2020).

Como respostas obteve-se que 60,1% dos respondentes ministram ou ministraram aulas para pessoas com deficiência, ou seja, 86 docentes dos 143 respondentes, evidencia-se então a importância da formação adequada para os professores, em virtude do índice apresentado.

Calheiros, Mendes e Lourenço (2018, p.237) salientam ainda que:

Os sistemas formativos devem permitir ao professor ser um personagem mais ativo em seu processo de formação, para que dialogue com os seus pares e com profissionais de outras áreas do conhecimento, no intuito de identificar e buscar estratégias para equacionar os problemas que emergem das situações cotidianas do processo de ensino-aprendizagem

Cabe ressaltar segundo Mantoan (2015, p.16) que:

a perspectiva de formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós.

Considerações finais

Ressalta-se então a importância da educação profissional para a sociedade e, também como forma de inclusão efetiva da pessoa com deficiência, pois além de fomentar uma identidade social, respeito, integração e sobrevivência, também possibilita o desenvolvimento de uma cultura voltada ao mercado e a inserção.

Neste contexto os docentes possuem papel fundamental na educação pois com sua atuação possibilitam o desenvolvimento de autonomia, independência e empoderamento à pessoa com deficiência.

Evidencia-se então com o estudo a necessidade premente de investimento na capacitação do docente, bem como, a ânsia de reflexão de sua prática, assim como, do trabalho coletivo realizado no ambiente escolar.

Cabe então ao docente compreender o contexto, analisar a situação de aprendizagem para “atender às singularidades de todos os aprendizes ao mesmo tempo” de acordo com Orrú (2017, p.66).

Conforme Sasaki (2010, p.40) a inclusão social:

é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário, e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com deficiência.

Salienta-se então a necessidade de uma mudança de postura dos docentes em geral, pois as transformações estão sendo feitas e a inclusão vai se fortalecendo pouco a pouco, no entanto,

os docentes participantes do estudo necessitam rever e redefinir as concepções sobre inclusão e integração com a velocidade das mudanças e precisam se preparar.

Corroborando, tem-se as considerações de Barreto e Barreto (2014, p.112) salientando que:

incluir pessoas com deficiência na escola não significa apenas inseri-la no contexto de sala de aula, adaptar objetos, algumas atividades ou dar mais tempo. A inclusão deve estar alicerçada em uma pedagogia de projetos na qual tenham lugar atividades que possam ser desenvolvidas coletivamente, de maneira que as dificuldades sejam diluídas e superadas pela qualidade de solicitação do meio, pela ajuda do professor e cooperação dos colegas não deficientes.

Por tratar-se de um estudo preliminar de caráter exploratório, afere-se que o artigo retrata percepções introdutórias sobre a temática abordada, deste modo, sugere-se a possibilidade de novas pesquisas acadêmicas e estudos sobre os resultados apresentados visando ampliar o escopo e ao mesmo tempo apresentar alternativas de ação quanto a inclusão da pessoa com deficiência.

Referências

- BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.
- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. 2017. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm/>. Acesso em 29 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>>. Acesso em 29 mar. 2019.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº1, de 5 de janeiro de 2021**. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso em 10 jul. 2021.
- CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. **Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro**. Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 229-244, mar. 2018. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18825>>. Acesso em: 17 ago. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X18825>.
- Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. **Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes**. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/missao-visao-objetivos-e-diretrizes>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

IBGE. **Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>>. Acesso em 21 jun. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 1º reimpressão. São Paulo: Summus, 2015

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves et al. **Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 105-118, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X200400200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 jun. 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves; NUNES, Leila Regina D’Oliveira de Paula; FERREIRA, Julio Romero; SILVEIRA, Lígia Cardoso. **Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 105-118, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X200400200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 ago. 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Epistemologia e Educação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

ONU BRASIL, Organização das Nações Unidas. 2018. **Primeiro relatório da ONU sobre deficiências e desenvolvimento aponta lacunas na inclusão**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/primeiro-relatorio-da-onu-sobre-deficiencias-e-desenvolvimento-aponta-lacunas-na-inclusao>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis: Vozes, 2017.

PETEROSSO, Helena Gemignani; MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Revisitando o saber e o fazer docente**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PETEROSSI, Helena Gemignani. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica**. 2. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2014

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**, 2008. Disponível em: <[www2.fc.unesp.br > educacaoespecial > material > Livro2](http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2)>. Acesso em 30 de ago. 2019.

SAMPIERI, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO M. P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso Editora, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

REHEM, Cleunice Matos. **Perfil e formação do professor de educação profissional técnica**. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Com nova margem de corte IBGE constata 6,7 milhões de pessoas com deficiência no Brasil**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/com-nova-margem-de-corte-ibge-constata-67-de-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 9 de fev. de 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão**. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-inclusao>>. Acesso em: 1 de mai. de 2020.

UNRIC. Centro Regional de Informações da ONU. **Alguns Factos e Números sobre as Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/pessoas-com-deficiencia/5459>>. Acesso em 25 set. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Recebido em: 07 de julho de 2021.

Publicado em: 14 de julho de 2021.



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.